

Práticas de incentivo à leitura nas escolas da rede pública municipal de educação: o caso de Pelotas/RS no final do século XX

Renata Braz Gonçalves

Mestre em Educação, Bibliotecária Documentalista da UFPEL e pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE)

renata_braz@ufpel.edu.br

Universidade Federal de Pelotas, RS

Eliane Teresinha Peres

Doutora em Educação, Professora da Faculdade de Educação da UFPEL e pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE)

etperes@ufpel.edu.br

Universidade Federal de Pelotas, RS

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo investigar a existência de uma política sistematizada de incentivo à leitura desenvolvida pelo poder público municipal de Pelotas/RS na rede pública de educação durante as últimas décadas do século XX. O trabalho teve como metodologia utilizada, a pesquisa documental. As fontes consultadas constituíram-se de atas, projetos e relatórios pertencentes à Secretaria Municipal de Educação (SME) e bibliotecas das escolas da Rede Pública Municipal, as quais totalizaram 95 documentos que foram transcritos e catalogados em um banco de dados em *MS Acces*. Através da análise dos documentos que se teve acesso, inferiu-se que não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura por parte da Secretaria Municipal de Educação no período estudado. No entanto, verificou-se a existência de projetos de incentivo à leitura realizados, principalmente, pelas bibliotecas das escolas municipais. A partir da análise dos documentos, destacam-se algumas iniciativas de sucesso que poderão servir de exemplo e estímulo para futuros projetos e alguns equívocos que também deverão ser levados em consideração no momento da elaboração de políticas de incentivo à leitura, tanto para escolas isoladas como para as redes públicas de ensino.

Palavras-chave: Incentivo à Leitura // História da Educação // Leitura // Políticas Públicas

Introdução

Este artigo tem por finalidade comunicar alguns dos resultados obtidos na pesquisa que está sendo realizada no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Esta investigação, que se desenvolve na linha de pesquisa História da Educação, tem por objetivo indagar sobre a existência de uma política sistematizada de incentivo à leitura promovida pelo poder público municipal de Pelotas/RS na rede pública de educação durante as últimas décadas do século XX.

A escolha da temática abordada partiu da necessidade de responder aos seguintes questionamentos: Existiu uma política sistematizada de incentivo à leitura em Pelotas nas últimas décadas? O que foi planejado/elaborado em relação ao incentivo à leitura literária pela Secretaria Municipal de Educação? O que

foi planejado/elaborado em relação a esse assunto pelas escolas da rede pública municipal? Qual a concepção de leitura apresentada nessas propostas?

A determinação do recorte temporal (décadas de 1980 e 1990) foi estabelecida levando em consideração dois fatores: o primeiro, e provavelmente o mais importante é o resultado de um levantamento preliminar em documentos pertencentes aos arquivos inativos da Secretaria Municipal de Educação (SME), onde se verificou a inexistência de informações, na área de educação, anteriores a década de 1980, excetuando-se livros pontos e avaliações de estágios probatórios; o segundo fator é o fato de, segundo Custódio (2000), apenas a partir da década de 1980 aparecerem, de forma mais sistemática, políticas públicas de incentivo à leitura em nível nacional, possibilitando então, a verificação da abrangência da aplicação dessas políticas num contexto regional, nos anos posteriores.

Como metodologia para a investigação, utilizou-se a pesquisa documental, tendo como fontes documentos pertencentes aos arquivos inativos da SME.

O somatório de fontes localizadas para a realização dessa pesquisa totalizou 95 documentos, os quais foram fotocopiados na medida em que eram localizados. As cópias dos documentos foram, primeiramente, divididas em dois grandes grupos: Quinze documentos relacionados à leitura elaborados pela própria Secretaria de Educação (atas, planos, relatórios e correspondências) e; Oitenta documentos relacionados à leitura elaborados ou por professores de classe, ou professores responsáveis pela biblioteca ou ainda por coordenadores ou diretores das escolas da rede (projetos de incentivo à leitura, planos e relatórios de bibliotecas). Vale ressaltar que de todos os documentos recuperados, apenas um documento não apresenta autoria identificada pelo nome e cargo da pessoa que o elaborou.

Posteriormente à divisão dos documentos em dois grandes grupos, foi feita uma catalogação dos mesmos em um banco de dados em *MS Acces*, no qual foram criados campos de informações sobre cada documento. No banco de dados, cada documento recebeu um número de identificação e teve informações preenchidas nos seguintes campos: número do documento, ano, escola, tipo, setor de origem, título, resumo do conteúdo e pré-análise do documento.

Nesta comunicação, serão apresentadas algumas **definições de leitura** presentes nesses documentos que foram feitas pelos professores que elaboraram projetos e/ou relatórios relacionados à leitura. Em virtude do alto número de documentos e conseqüentemente da grande quantidade de informações a serem trabalhadas, optou-se por utilizar como amostra sete documentos. A escolha desses documentos se deu a partir da verificação de que são esses documentos, dentre os demais, os únicos que apresentam, explicitamente, definições de leitura feitas pelos professores.

Algumas concepções de leitura

A fim de que se pudesse melhor compreender as concepções de leitura que poderiam vir a ser apresentadas pelos professores que elaboraram os documentos analisados, procurou-se nesta investigação verificar algumas concepções de leitura que poderiam estar sendo difundidas no meio acadêmico, as quais serão apresentadas a seguir.

Partindo do pressuposto de que a leitura tem sido explorada como tema central de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, inclusive na História da Educação (Galvão, 2000, p. 79), e que tem sido investigada

com maior intensidade a partir da década de 1980, como afirmam Ferreira (2001) e Zappone (2001), procurou-se verificar e entender quais seriam as possíveis concepções de leitura difundidas pelo meio acadêmico, de forma que se pudessem identificar algumas de suas características nos documentos das escolas públicas municipais de Pelotas, analisados nesta investigação.

Segundo pesquisa realizada por Zappone (2001), as matizes sob as quais se constrói o conhecimento sobre o ato de ler no Brasil são menos variadas do que se poderia imaginar, o que equivale a dizer que as muitas pesquisas existentes sobre o tema parecem abranger, na maioria das vezes, um mesmo universo teórico, embora apresentem aplicações pedagógicas variadas.

De acordo com essa autora, a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, foram pesquisados e cotejados vários textos e autores, o que permitiu o estabelecimento de quatro linhas básicas em que se ramificam as pesquisas sobre leitura no Brasil. Essas linhas foram designadas pela autora como: *Linha Estruturalista-funcionalista*, *Linha Sócio-política*, *Linha Cognitivo-processual* e *Linha Discursiva* (Zappone, 2001, p. 46).

De maneira simplificada, pode-se dizer que a **Linha estruturalista/funcionalista** é aquela que apresenta a leitura como processo de decodificação. A decodificação é a operação por meio da qual o leitor capta o significante, ativado através da escrita, e entende o significado do texto.

Predomina a idéia de que o texto possui uma codificação que contém as idéias do autor, como se o texto fosse capaz de transmitir os pensamentos do autor e como se linguagem e pensamento guardassem entre si uma relação estreita de correspondência.

Já a **linha sócio-política** pode ser identificada como aquela que defende a idéia de que a leitura seria uma interpretação crítica e, de certa forma, personalizada do que se lê, pois é considerado todo o conhecimento prévio do leitor, sua experiência de vida e de leituras anteriores e, acima de tudo, a sua realidade. A concepção sócio-política de leitura, portanto, supõe para o leitor uma posição de sujeito no processo de atribuição de significado e não de mero receptor das idéias veiculadas pelo texto e pelo autor.

Para Zappone (2001, p. 54) essa linha de abordagem caracteriza-se por discutir dois fatos importantes sobre a leitura:

- *O fato de esta englobar habilidades e competências muitos mais complexas do que aquelas envolvidas no processo de decodificação da escrita priorizado na alfabetização.*
- *O fato de a leitura constituir-se em instrumento capaz de dotar o leitor de uma determinada condição sócio-política, cognitiva e cultural.*

Segundo Zappone (2001), surge no final da década de 1970 e primeiros anos da década de 1980 a **linha cognitivo-processual**, quando muitos autores estrangeiros passam a preocupar-se com os processos envolvidos na aquisição da leitura e da escrita. Nesse momento, ampliam-se as pesquisas sobre leitura, que objetivam verificar como as pessoas aprendem a ler.

Esses estudos sobre leitura são desenvolvidos sob o ponto de vista das teorias da cognição, ou seja, de abordagens teóricas que procuram explicitar os processos de compreensão desencadeados no momento da leitura. São, portanto, abordagens que se desenvolvem a partir da psicolingüística e da sociolingüística.

Observa-se que essas abordagens têm como preocupação básica a pesquisa dos processos envolvidos no ato de compreensão do texto. O interesse básico delas está na investigação das ações ou reações

psicolinguísticas vivenciadas pelo leitor no momento da leitura e nos mecanismos linguísticos (fonológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos) e psicológicos intervenientes no *processo de leitura*.

A linha discursiva tem como premissa o fato de que a leitura ou o ato de ler implica um processo discursivo, o que permite problematizá-la no domínio do discurso. Para Orlandi (1996, p.101), a relação que se dá no momento da leitura é uma relação entre o leitor virtual e o leitor real, sendo, portanto, uma relação de confronto. Logo, o leitor não interage com o texto, mas com sujeitos que podem ser o autor, o leitor virtual e outros.

Ao analisar e comparar as concepções de leitura até aqui apresentadas, pode-se perceber uma grande aproximação entre as linhas Sócio-Política, Cognitivo-Processual e Discursiva. Mesmo que a linha Cognitivo-Processual não tenha previsto as conseqüências ou desdobramentos da leitura na esfera do social ou mesmo sua relação com o ideológico, as três abordagens centram sua preocupação no leitor enquanto elemento ativo do ato da leitura. De acordo com essas abordagens, o sujeito (leitor) não irá apenas decodificar o texto, mas irá interpretá-lo de forma crítica interagindo com o mesmo, a fim de produzir sentidos. Para tanto, deverão ser considerados aspectos como o conhecimento de mundo do leitor, sua história de leitura, o contexto em que está inserido, bem como a sua própria história de vida. Através da análise dessas abordagens, torna-se cada vez mais claro que sem o leitor, é impossível que os textos sejam constituídos em elementos de significação.

Em contrapartida, a linha Estruturalista/Funcionalista concebe a leitura como uma atividade invariável, tendo em vista que os leitores encontrariam no texto sempre o mesmo sentido, independentemente das circunstâncias sociais, culturais ou históricas em que a leitura possa ser realizada. Além disso, o leitor não contribui para a constituição dos sentidos e estes se encontram atrelados exclusivamente aos elementos linguísticos do texto, sendo o autor do texto, o "produtor dos sentidos".

Uma concepção que não é trabalhada por Zappone, mas que merece ser destacada é a concepção de leitura trabalhada na área de Estudos Culturais na qual Chartier (1997) considera a leitura como uma atividade humana que tem, portanto, uma história e uma sociologia. A significação é, para este autor, função direta da "atuação" do leitor ou dos leitores:

[...] é preciso lembrar que a leitura tem uma história (e uma sociologia) e que a significação dos textos depende das capacidades, dos códigos e das convenções de leitura próprias às diferentes comunidades que constituem, na sincronia e na diacronia, seus diferentes públicos. (Chartier, 1997, p.67)

Assim para o autor, ler deixou de ser uma atividade universal, praticada sempre da mesma maneira para se tornar uma prática individual e subjetiva, onde um único texto pode receber inúmeras possibilidades de leitura, de acordo com a experiência de vida do leitor. Percebe-se, então, que esta concepção de leitura apresentada por Chartier apresenta algumas características semelhantes às linhas discursiva e sócio-política.

Concepções de leitura na rede pública municipal de educação

Após analisar os documentos que foram produzidos na própria Secretaria Municipal de Educação de Pelotas, entendeu-se que não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura durante o período abordado na pesquisa. Tampouco, pôde-se afirmar qual a concepção de leitura adotada por esta instituição, tendo em vista que nos documentos analisados não se identificou posicionamento explícito em relação ao ato de ler.

No entanto, os dados indicam a existência de ações isoladas realizadas por iniciativa das escolas públicas municipais de Pelotas no mesmo período em questão. Essas ações, na maior parte, foram produzidas pelas bibliotecas escolares e foram registradas em projetos e relatórios.

Esses documentos, em sua maioria, foram elaborados seguindo o seguinte roteiro: dados de identificação da escola, objetivos gerais, objetivos específicos, justificativa, atividades previstas (metodologia) e avaliação.

São passíveis de análise, tanto os conteúdos quanto a forma desses documentos, fato que possibilitaria discorrer sobre o preparo/despreparo dos professores para elaboração de projetos e relatórios. No entanto, em decorrência do curto espaço de tempo, nesta comunicação enfatizaremos as concepções de leitura estão explícitas em trechos desses documentos, tendo maior ocorrência na justificativa e nos objetivos. É importante ressaltar que dos 80 documentos relacionados ao incentivo à leitura que foram emitidos pelas escolas, apenas seis apresentam alguma definição explícita para o ato de leitura e/ou sua importância para os educandos, dos quais se retiraram 17 excertos.

Destacam-se, primeiramente, excertos que buscam definir a leitura enfatizando suas potencialidades*:

[A leitura] desenvolve as capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação.^(Proj. 07)

[A leitura] é instrumento de suma importância para enriquecer o processo de ensino aprendizagem.^(Proj. 07)

Ler é sonhar.^(Proj. 12)

[O aluno] precisa se sentir sujeito do próprio processo, descobrindo-se capaz de pensar e formar uma opinião e não apenas ser mais um anônimo da massa com sua individualidade ignorada.^(Proj. 02)

O indivíduo que não lê torna-se restrito, limitado. A leitura amplia os limites do conhecimento, estimula a imaginação e o pensamento.^(Proj. 03)

O aluno só terá chances de superar seus limites através da leitura, do exercício do pensar, analisar e formar uma opinião fundamentada no conhecimento maior do que o oferecido apenas em sala de aula.^(Proj. 02)

Nos fragmentos acima transcritos observam-se alguns aspectos da concepção sócio-política da leitura, nos quais os professores definem a prática da leitura como uma ação libertadora capaz de modificar a realidade das pessoas. No entanto, tais definições acabam por enfatizar uma visão salvacionista da leitura, como se a mesma fosse a única alternativa capaz de melhorar a vida dos indivíduos.

Essa ênfase dada à leitura como determinante ao sucesso dos leitores não se configura em fato isolado, tendo em vista a afirmação de Abreu (2000, p. 9):

No final do século XX, imagina-se que a leitura, revestida de uma aura positiva, é capaz de proporcionar os mais variados benefícios: tornar os sujeitos mais cultos e, por conseqüência, mais críticos, mais cidadãos, mais verdadeiros.

* A numeração das notas nas citações obedecem a numeração recebida pelos documentos durante a catalogação dos mesmos no banco de dados em MS ACCESS, conforme citado anteriormente.

^(Proj. 07) PELOTAS. E.M.E.F. DR. JOAQUIM ASSUMPTÃO. **Incentivo à leitura**. Pelotas, maio. 2000. 5f.

^(Proj. 12) PELOTAS. E.M.E.F. DONA MARIA JOAQUINA. **Ler é sonhar: planejamento da biblioteca**. Pelotas, 1998. 5f.

^(Proj. 02) PELOTAS. COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE. **Projeto do banco do livro**. Pelotas, abr. 1997. 4f.

^(Proj. 03) PELOTAS. E.M.E.F. ALMIRANTE RAPHAEL BRUSQUE. **Eu gosto de ler**. Pelotas, 1997. 3f.

Já nos excertos seguintes, observam-se aspectos que possibilitam inferir a influência de duas concepções: a concepção estruturalista-funcionalista, tendo em vista que se enfatizam elementos como a expressão verbal e a melhoria do vocabulário e linguagem escrita; e a concepção sócio-política, na medida em que se verifica, a preocupação em ser realizada uma "leitura de mundo". Contudo, ainda sobressai-se uma maior preocupação em trabalhar o texto considerado como mensagem, mensagem esta que precisa ser decifrada, através da análise da sua forma, seus signos e significante:

O mundo em que vivemos pode ser lido por nós a todo instante, mas para tanto, necessitamos compreender seus sinais *(Proj. 03)*

Desenvolver o projeto da biblioteca, que é o de despertar no aluno o gosto pela leitura, ampliando seu vocabulário oral e melhorar o desempenho na linguagem escrita. *(Proj. 68)*

[A leitura] é o meio de desenvolver habilidades de interpretação, expressão, visão de mundo, melhoria e enriquecimento de vocabulário. *(proj. 02)*

Em um dos projetos de incentivo à leitura, que parece estar embasado na linha sócio-política de leitura, observa-se em vários trechos um pré-conceito em relação à realidade de leitura do aluno. Apesar dessas afirmativas não aparecem tão claramente em outros projetos, considerou-se de extrema importância a sua transcrição e análise:

[O aluno] não tem o hábito de leitura e para que isso aconteça, é preciso que seja motivado, orientado, caso contrário acaba engolido pela acomodação e facilidades apelativas de outros meios de comunicação, como, por exemplo, a televisão e seus programas que o deixam mais alienado e conformado com seu mundinho. *(proj. 02)*

[o aluno] não tem acesso a livros, muito menos de literatura e, mesmo que o tenha, por falta de orientação mais específica não sabe o que ler, levando-os muitas vezes a ler livros que não estão em consonância com sua realidade e seus interesses, o que o desmotiva. *(proj. 02)*

[o aluno] não domina o ambiente de uma biblioteca, isto o deixa inseguro, sem saber como agir para conseguir aquele livro que ele não sabe qual é, mas que gostaria de ler. Essa situação gera uma sensação de desconforto e insegurança que o afasta da biblioteca convencional. *(proj. 02)*

Ressalta-se que as afirmativas acima transcritas compõem um projeto de um professor de Língua Portuguesa para criação de um banco do livro (biblioteca paralela) com acervo de literatura para o Colégio Municipal Pelotense, (escola municipal com maior acervo bibliográfico no período). Apesar de parecer estar apresentando um posicionamento embasado na linha sócio-política de concepção de leitura, o professor que assina o projeto parece exagerar na visão salvacionista da leitura, por vezes gerando equívocos na medida em que considera sem cultura a pessoa que não lê livros literários. Agindo dessa forma não estaria o professor ignorando as histórias de vidas dos alunos, seu contexto, sua cultura? Ao propor a criação de uma biblioteca paralela à biblioteca já existente na escola, com a justificativa de que o aluno não domina o

(Proj. 68) Pelotas. E.M.E.F. Joaquim Nabuco. Relatório da Biblioteca. Pelotas, 2000. 02 f.

ambiente de uma biblioteca, não estaria também esse professor segregando esses alunos? Por que não estimulá-los a utilizar o espaço já existente?

Ainda em relação ao papel da escola e da biblioteca escolar diante da necessidade de incentivar a leitura, destacam-se alguns excertos que exprimem o entendimento de que é responsabilidade da escola e da biblioteca escolar como agentes promotores da leitura:

É papel da escola desenvolver relações entre a leitura e o indivíduo. *(proj. 03)*

É preciso resgatar em nossas escolas o gosto pela leitura. Para isto, deve-se valorizar os livros, através de ações que vão torna-los atraentes a nossos alunos. A biblioteca é o local mais favorável para integrar estas ações, já que nelas estão os livros. *(proj. 03)*

Como entendemos que um dos papéis da escola seria o de formar leitores e para que a criança aprenda a ler e escrever é necessário que desenvolva o gosto pela leitura, procuramos fazer o melhor possível, num esforço conjunto, para integrá-la à programação escolar. *(Proj. 73)*

Considerações Finais

Até o presente momento, a análise dos dados fornecidos pelas fontes localizadas possibilitou constatar que não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura por parte da Secretaria Municipal de Educação no período estudado. Em contrapartida, verificou-se a existência de 80 documentos (projetos e relatórios) relacionados com a leitura que foram elaborados pelas escolas, e em especial pelas bibliotecas escolares.

Dos documentos analisados que apresentaram explicitamente sua definição de leitura, foi possível verificar uma visão salvacionista da leitura em relação ao sucesso dos indivíduos. Observou-se também uma variedade de concepções de leitura que permeiam mais insistentemente pelas linhas estruturalista-funcionalista e sócio-político de leitura.

Identificou-se ainda, um posicionamento, de certo modo, equivocado em relação à realidade de leitura do aluno, em que se alegou que de maneira geral o aluno não lê e que por esse motivo ele se torna alienado e sem cultura. Além disso, se verificou a explicitação, por parte dos professores, da necessidade de engajamento da escola e da biblioteca escolar em prol do incentivo à leitura, mesmo que esse assunto ainda não seja uma das prioridades da Secretaria Municipal de Educação no período.

Dessa forma, a partir da análise dos dados recuperados, verificou-se que apesar de o estudo das definições de leitura apresentar algumas características que poderiam facilitar inferências sobre a concepção de leitura adotada nos projetos de leitura realizados pelos professores nas escolas da rede pública municipal de Pelotas, ainda não foi possível verificar qual seria a concepção de leitura mais enfatizada nos documentos. Contudo, foi de extrema importância a realização desse estudo preliminar, pois esses resultados viabilizarão o cruzamento de dados que levará em consideração além das definições de leitura, os objetivos a serem atingidos e as propostas de metodologia e avaliação desses projetos.

(Proj. 73) Pelotas. E.ME.F. Santa Irene. Relatório das atividades desenvolvidas na biblioteca. Pelotas, 2000. 2 f.

Referências

ABREU, M. A. (org.), 2000. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Mercado de Letras, 640 p.

CHARTIER, R. 1996. *Práticas da leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 158 p.

CHARTIER, R. 1997. Crítica textual e história cultural. *In: Leitura: teoria e prática*. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 137- 149.

CUSTODIO, C. D. 2000. *Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação 1930-1994*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 247 p.

FERREIRA, N. 2001. *A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980-1995*. São Paulo, Autêntica, 260 p.

GALVÃO, A. M. de O. 2000. Leituras de professores e professoras: o que diz a historiografia da educação brasileira. *In: M. MARINHO Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. São Paulo, Mercado das Letras. P. 89–123.

LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. 2001. *História da Educação*. Rio de Janeiro, DP&A. 160 p.

ORLANDI, Eni P. 1996. *Discurso e Leitura*. São Paulo/Campinas, Cortez/Editora da Unicamp. 204 p.

ZAPPONE, M. H. Y. 2001. *Práticas de leitura na escola*. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 245 p.